

CAMPOS DAS RESISTÊNCIAS



Professora

NATÁLIA

+ BRUNA

Machel

50

PROGRAMA CAMPOS DAS RESISTÊNCIAS

Natália Soares – Prefeita

Bruna Machel – Co-Prefeita

1 APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA

2 POLÍTICA URBANA

Os compromissos do nosso programa configuram-se com uma política urbana que pautar o direito à cidade para todos os habitantes de Campos dos Goytacazes. Destacamos nossa atenção especial para aqueles historicamente segregados pelas políticas de ordenamento territorial e produção capitalista do espaço em favor da classe dominante. Reconhecemos no “bem viver” o conceito-chave para essa política urbana, superando a lógica do desenvolvimento tecnicista, colonial e racista que foi imposta como natural pelo capital em toda a América Latina e, conseqüentemente, na nossa cidade. Uma lógica que despreza os grupos sociais em suas próprias territorialidades, saberes e formas de vida. Em contraponto, colocamo-nos na construção de uma cidade de Campos verdadeiramente popular, com a cara da nossa gente, que retrate a força combativa e criativa de nossas ancestralidades e que potencialize o convívio pleno de nossos trabalhadores, estreitando os laços de classe.

3 COOPERATIVAS DE COLETA DE MATERIAIS

Entendemos que as cooperativas de catadores de material reciclável realizam um importante serviço para o nosso município. A autonomia e experiências adquiridas ao longo de muitos anos tornam essas cooperativas com experiências suficientes para fazerem um excelente trabalho no recolhimento e processamento de vários materiais, e elas precisam ser respeitadas. Estabeleceremos, portanto, um contrato direto com a Prefeitura, visando ao fortalecimento e o suporte técnico, além de garantir que tais órgãos tenham volume de material para trabalhar, equipamento de proteção individual e galpões adequados para as catadoras e catadores.

Um ponto que consideramos importante para este tópico e para outros do nosso programa é a criação de Consórcios Intermunicipais. Nesse caso, iremos tratar, com os municípios mais

próximos, uma política de gestão de resíduos sólidos e líquidos que usam aterro sanitário em Campos dos Goytacazes. Esse tipo de relação terá também como desdobramento a articulação de uma rede regional de cooperativas, com programas de compostagem de material orgânico e diversificação no tratamento e transformação dele, de forma a agregar valor ao produto final.

4 ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social se consolidou como uma política pública, dever do Estado e direito do cidadão que dela necessitasse a partir da Constituição Federal de 1988, sendo regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOA), em 1993. Seu ingresso na Constituição consolidou nosso sistema de proteção social, a Seguridade Social Brasileira, composta também pelas políticas de Saúde e Previdência. Essas três ações pressupõem um conjunto integrado e articulado para atendimento dos direitos que possam garantir dignidade ao povo brasileiro.

Assim, a Assistência, pelo art. 203 da Constituição Federal, presta atendimento independente de contribuição e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Entender a Assistência como direito é compreender que todos, independentemente de raça, gênero, classe, etnia e condição socioeconômica, devem ter acesso a uma vida digna. Infelizmente vigora uma concepção de que caridade importa mais que justiça social. A segunda se trata de garantir e efetivar direitos pelo Estado, entendendo que este tem o papel de ser promotor do bem-estar juntamente à população.

Nacionalmente tivemos a adoção e subordinação do país ao modelo neoliberal desde a década de 1990, que ocasionou fragmentação e desmonte de inúmeros direitos, inclusive, constitucionais. Os anos do governo PT continuaram a seguir a mesma cartilha, embora com a adoção de medidas que atenuaram o sofrimento e fome da classe trabalhadora. O golpe que levou Temer ao poder culminou com a desarticulação e fratura dos direitos trabalhistas e a tentativa de

aprovação da reforma previdenciária; e Bolsonaro alçou o Brasil, juntamente a Temer, a um status de sombras e catástrofes do ponto de vista daqueles que defendem as políticas sociais e os direitos. Temos, a passos largos, o avanço do fascismo e das práticas de ajustes fiscais sobre as políticas; de destinação do fundo público ao capital e a empresas internacionais; um cenário de subordinação do país.

O município de Campos dos Goytacazes se insere nesse contexto e implanta medidas ainda mais drásticas, atentando contra essa política, a Assistência Social. Assim, nos últimos três anos, o atual governo, seguindo a cartilha do governo federal, avançou na desproteção social da população, com o desmonte dos direitos sociais, acabando com programas sociais de extrema relevância para a população mais carente da cidade.

A política neoliberal implantada pela atual gestão do município reforça o poderio empresarial local por meio do seu financiamento e perdões de dívidas, além de reduzir o investimento nas políticas sociais, com um estado cada vez mais mínimo para o social. O fim do programa de transferência de renda municipal; da passagem a 1 real, que possibilitava a maior mobilidade e o acesso aos serviços de inúmeras famílias; e do restaurante popular, que era um importante programa alimentar para inúmeras famílias, população de rua e jovens estudantes desse município, demonstram o desmonte dessa política.

O orçamento da assistência social que, nos últimos 10 anos, sempre foi ínfimo e que ficava em torno de 1% do orçamento municipal, ainda assim, nos últimos três anos, teve cortes severos. Tivemos, de 2017 a 2019, cortes de 50% do orçamento da política de assistência social, mostrando-nos claramente que a prioridade do atual governo não é diminuir pobreza, nem desigualdade social no nosso município.

Atualmente temos, no município, aproximadamente 186 mil pessoas cadastradas no CAD Único do governo federal, representando 37% da população do nosso município que vive com até três salários mínimos, com uma renda per capita de até ½ salário mínimo; destas 128 mil pessoas, 26% da população do nosso município vive com uma renda per capita de até R\$ 89,00, em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social.

Temos ainda hoje, conforme os dados do CAD Único, 1.472 famílias em nosso município sem acesso a banheiro em sua moradia; 18.841 famílias ainda não têm acesso à rede pública de distribuição de água e ainda dependem de poços e nascentes em suas residências.

Vale ressaltar que, dos municípios do Norte Fluminense, Campos, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, era o município com maior Índice de Gini e contraditoriamente, com maior PIB, demonstrando claramente as desigualdades sociais presentes. Se realizarmos um recorte de raça e gênero no perfil da Assistência Social, veremos que quem mais sofre com as políticas de austeridade são mulheres negras, sendo que muitas chefiam famílias monoparentais.

Em Campos dos Goytacazes, de acordo com Dados da Superintendência de Igualdade Racial, o universo de famílias abarca um quantitativo de 159.758 pessoas. Destas, 159.714 possuem território identificado, no qual 112.862 vivem com renda per capita de até R\$ 89,00; e 10.782, com renda entre R\$ 89,00 e R\$ 178,00. Realizando um recorte por raça e cor neste universo e somando os quantitativos de pretos e pardos, identificamos um quantitativo de 108.724 pessoas negras, número que corresponde a 68% de todo o universo analisado. Nos dados dos subgrupos separados por renda, chama a atenção a concentração de pessoas pretas e pardas nos subgrupos que vivem com renda até R\$ 89,00 (79.136) e entre R\$ 89,00 e R\$ 178,00 (7.378). Os números correspondem, respectivamente, a 70% e 68% dos referidos grupos. Pessoas negras seguem compondo a maioria do subgrupo que vive com renda entre R\$ 178,00 a $\frac{1}{2}$ Salário Mínimo, (24.446 pessoas) e do subgrupo que vive com renda superior a $\frac{1}{2}$ Salário Mínimo (11.624 pessoas). Estes números correspondem, respectivamente, a 64% e 56% dos referidos subgrupos.

Do universo de 159.714, 21.267 pessoas (13% do total) declararam possuir funções sem vínculo. Realizando um recorte por raça/cor, identificamos 14.414 pessoas negras inseridas neste grupo. Este número corresponde a 68% do grupo de pessoas com instabilidade ocupacional^[1].

É preciso reafirmar a importância dos programas sociais a essas famílias mais vulneráveis, sendo essa política um direito de todo cidadão que se encontra em situação de pobreza, seja ela momentânea ou contínua, e deve ser uma responsabilidade do Estado a sua garantia. Temos em nosso município famílias vivendo em condições totalmente sub-humanas, sem acesso a trabalho, moradia, educação, saúde pública, lazer e alimentação dignos.

4.1 Prioridades e compromissos:

- Criação de programa habitacional ou de aluguel social que contemple a população que se encontra em situação de vulnerabilidade social, sem acesso à moradia digna e independente;
- Criação de programa habitacional que contemple reforma habitacional para as famílias em situação de vulnerabilidade social;
- Retorno de Programa de Transferência de Renda Municipal, com revisão imediata dos critérios estabelecidos na lei vigente;
- Ampliação da inclusão de beneficiários no Programa Renda Mínima (risco social), com revisão imediata dos critérios estabelecidos na lei vigente;
- Retorno do Restaurante Popular, com implantação de unidades no Centro e em Guarus e com incentivo à e a priorização da aquisição de alimentos dos pequenos agricultores do município;
- Implementação de um plano progressivo que garanta que todo alimento servido nos postos de saúde, hospitais, acolhimentos e equipamentos da assistência social, escolas e creches públicas da rede municipal seja produzido a partir dos princípios da agroecologia (livre de agrotóxicos, adubos químicos e transgênicos), dando preferência aos pequenos agricultores do município;
- Fortalecimento dos espaços de controle social, em especial, do Conselho Municipal de Assistência Social, por meio de estrutura adequada, assessoramento de equipe técnica e capacitação dos conselheiros;
- Progressiva diminuição de contratos de aluguel de imóveis onde se encontram os serviços da política de assistência, priorizando a reforma ou construção de espaços públicos próprios;
- Elaboração de Lei Municipal do Sistema Único de Assistência Social;
- Fortalecer e ampliar metas de atendimento das instituições subvencionadas que prestam serviços e atendimento a segmentos que não são executados pelo poder público;
- Construir estratégias intersetoriais para o planejamento territorial e serviços descentralizados com outras secretarias, como Saúde, Cultura, Habitação, Trabalho e Educação;
- Ampliar, fortalecer e descentralizar os cursos de inclusão produtiva para os equipamentos Cras, a partir das demandas da população;

- Ampliar e descentralizar a cobertura da proteção social básica, com a implantação de, pelo menos, mais um Cras;
- Ampliar polos e atividades desenvolvidas nos Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, fazendo com que todos os Cras tenham serviços para crianças, adolescentes e idosos, com atividades diversificadas;
- Incentivar polos dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos em unidades escolares;
- Incentivar a construção e a legitimação do Fórum Municipal dos Trabalhadores do Suas;
- Garantir, por meio de inclusão no orçamento público municipal, recursos que possibilitem o retorno de pessoas em situação de rua para seu município de origem, após escuta e avaliação da necessidade pela equipe técnica do centro de referência especializado e desejo da pessoa em situação de rua;
- Revisão da Lei de Benefícios Eventuais e ampliação destes para os equipamentos da política de assistência social, em especial, para o Cras e Creas;
- Expandir programas e projetos que contemplem a geração de renda por meio da política de economia solidária;
- Ampliar as equipes de abordagem social e capacitar os trabalhadores e as trabalhadoras que executam essa abordagem, garantindo estrutura e condições de trabalho;
- Intensificar ações de combate à violência doméstica, com equipes especializadas de atendimento a essas situações nos equipamentos Creas;
- Garantir orçamento mínimo de 3% para a política de assistência social;
- Promover a valorização dos catadores de resíduos sólidos por meio de ações que visem à transformação dessa atividade em uma oportunidade digna de geração de renda, tais como: capacitação técnica, fornecimento de equipamentos, apoio à formação de cooperativas e mecanismos de compensação e remuneração pelos serviços públicos prestados;
- Implementar a Passagem social para as famílias inseridas no CAD Único;
- Descentralização do fundo para que o gestor da pasta e o conselho consigam ter independência e ingerência sobre o funcionamento do Fmas;
- Capacitação permanente dos conselheiros municipais de assistência social e da equipe do Suas, com articulação entre as demais políticas;

- Repensar as formas de contratação, de modo que sejam mais dignas, por meio de seleção transparente, enquanto os concursos públicos não se fazem possíveis;
- Fortalecer o Suas no município, garantindo equipe satisfatória;
- Criar um Centro de Atendimento Especializado para a Pessoa com Deficiência;
- Criar um Centro de Atendimento Especializado da Mulher, em parceria com o Estado.

4.2 Prioridades e Compromissos:

A criação de um Programa Habitacional que contemple construção, reforma e aluguel social, garantindo o acesso da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social, sem acesso à moradia digna e independente.

Os Programas de Transferência de Renda Municipal e Renda Mínima necessitam de uma revisão imediata, com observação dos critérios estabelecidos na lei vigente, para que possamos definir os beneficiários.

O retorno do Restaurante Popular, com implantação de unidades no Centro e em Guarus, com incentivo à e priorização da aquisição de alimentos dos pequenos agricultores do município, será uma das ações imediatas da nossa gestão.

A implantação de um plano progressivo que garanta que todo alimento servido nos postos de saúde, hospitais, acolhimentos e equipamentos da assistência social, escolas e creches públicas da rede municipal seja produzida a partir dos princípios da agroecologia (livre de agrotóxicos, adubos químicos e transgênicos), dando preferência aos pequenos agricultores do município.

O fortalecimento dos espaços de controle social, em especial, do Conselho Municipal de Assistência Social, elaboração da Lei Municipal do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e a criação do Fórum Municipal dos Trabalhadores (Suas), por meio de estrutura adequada, assessoramento de equipe técnica e capacitação dos conselheiros.

A progressiva diminuição de contratos de aluguel de imóveis onde se encontram os serviços da política de assistência, priorizando a compra, reforma ou construção de espaços públicos próprios.

Construir estratégias intersetoriais para o planejamento territorial e serviços descentralizados com outras secretarias, como Saúde, Cultura, Habitação, Trabalho e Educação.

Os polos dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e Centros de Referência de Assistência Social Especializada (Crase) serão ampliados para os serviços às crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, além de contar com atendimento especializado às mulheres, principalmente voltado para o combate à violência doméstica. Os órgãos Cras e Crase serão fortalecidos e contarão com administração descentralizada, com cursos de inclusão produtiva e proteção social básica para os equipamentos existentes a partir das demandas da população. Dentro desse contexto, também incentivaremos os polos dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em unidades escolares.

Garantir, por meio de inclusão no orçamento público municipal, recursos que possibilitem o retorno de pessoas em situação de rua para seu município de origem, após escuta e avaliação da necessidade pela equipe técnica do centro de referência especializado e desejo da pessoa a ser atendida. As equipes de abordagem social serão capacitadas para que executem essa abordagem, garantindo estrutura e condições de trabalho.

O município deverá prover orçamento mínimo de 3% para a política de assistência social listada acima, mas também proporcionar a contratação de profissionais por meio de processos de seleção transparente e, de preferência, na forma de concursos.

5 CRIANÇA E ADOLESCENTE

A Constituição Federal de 1988, no Art. 227, afirma que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Segundo o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 31,8% da população de Campos dos Goytacazes compreendia a faixa etária entre 0 e 19 anos. No município, existe, desde os anos de 1990, a Fundação Municipal da Infância e da Juventude (FMIJ), instituição que administra e executa serviços e programas de atendimento a crianças, adolescentes e jovens.

Apesar de uma instituição específica para a política de atendimento às crianças e aos adolescentes, observa-se, no entanto, a falta de planejamento das e investimento nas ações executadas para essa faixa etária na cidade.

Devido à particularidade dessa política, que necessita de articulação contínua com outras, como Saúde e Educação, não há um planejamento orçamentário de investimento na área para além do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, administrado pelo Conselho Municipal de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMPDCA). Observa-se, assim, no decorrer dos anos, o sucateamento dos programas e serviços ofertados pela FMIJ devido à falta de recursos.

Verifica-se, ainda, a falta de oferta para além da área central do município. No território, constata-se que não há serviços para o atendimento de crianças e adolescentes, em especial, nas regiões em que foram desenvolvidos o Programa Municipal de Habitação Morar Feliz. Deslocou-se parte da população para a periferia do município, sem ofertar os serviços necessários para uma boa qualidade de vida.

O índice de mortalidade de jovens no município é alarmante. De acordo com pesquisa realizada pelo Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) e pelo 8º Batalhão de Polícia Militar (BPM), entre 2011 e 2015, foram registrados 987 assassinatos, sendo que 509 (52%) dessas vítimas eram jovens. Deste último percentual, 96% eram homens negros e de baixa escolaridade, do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

5.1 Prioridades e Compromissos

- Promover ações articuladas entre diversos órgãos do governo para a garantia de direitos e proteção de crianças e adolescentes;
- Fortalecer o Conselho Tutelar, garantindo estrutura adequada e capacitação para conselheiros e equipe técnica;
- Fortalecimento dos espaços de controle social, em especial, do Conselho Municipal de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio de estrutura adequada, assessoramento de equipe técnica e capacitação dos conselheiros;
- Criação de programa vinculado à bolsa para adolescentes com objetivo de trabalhar a autonomia, em especial, para os adolescentes em acolhimento institucional;

- Prioridade de inclusão em programas habitacionais e aluguel social de jovens que sejam desligados de acolhimento institucional e que não tenham referência familiar, nem moradia;
- Reestruturação da oferta de cursos da FMIJ, visando ao mercado de trabalho atual;
- Descentralização dos cursos ofertados pela FMIJ, possibilitando que um maior número de adolescentes tenha acesso a eles;
- Ampliação das vagas ofertadas pelos cursos da FMIJ;
- Criação de programa de jovem aprendiz nas Secretarias Municipais, oportunizando a primeira experiência no mercado de trabalho a adolescentes e jovens;
- Implantação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no município;
- Criação em mais territórios de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes, além do fortalecimento, por meio de estrutura e material pedagógico, dos serviços já existentes;
- Criação de centros comunitários em diferentes bairros, com atividades culturais, de aprendizagem e esportivas para crianças e adolescentes, no contraturno escolar;
- Investimento em ações que incentivem o desenvolvimento de crianças na primeira infância;
- Implantação do Serviço de Acolhimento em República para atendimento a grupos de jovens em situação de vulnerabilidade e de risco pessoal e social;
- Criação de programa municipal de atendimento às crianças e adolescentes com deficiência, que hoje são atendidas somente pelas Organizações da Sociedade Civil (OSCs), o que vem gerando um índice alto de demanda reprimida.

6 IDOSOS

A expectativa de vida da população no Brasil tem crescido ao longo das últimas décadas, chegando a 76,3 anos, de acordo com os dados do Censo 2020. Embora a população de idosos esteja crescendo, muitos deles ainda são negligenciados por suas famílias e pelo poder público. No município de Campos dos Goytacazes, muitos idosos ainda têm dificuldades para conseguir se locomover, uma vez que o transporte público não garante acessibilidade, e ter acesso aos serviços de saúde, como consultas, exames e medicamentos, ainda não se tornou uma realidade

efetiva para todos. Além disso, muitos deles não tiveram ainda o acesso ao processo de alfabetização.

Constata-se, ainda, que o idoso sofre diferentes tipos de violência no âmbito intrafamiliar e institucional, como violência física, psicológica, sexual, emocional, social, financeira e medicamentosa, por meio de abandono e negligência. Campos possui atualmente seis Casas de Convivência para os Idosos: Parque Tamandaré, Centro Dia do Idoso (Guarus), Travessão, Dolores de Macabu, Conselheiro Josino, e a Colônia de Férias de Farol de São Thomé. Tais estabelecimentos, no entanto, ainda não conseguem atender toda a demanda dos idosos, que se distribuem em diversas localidades que não receberam suporte. É preciso garantir a continuidade das políticas que têm sido implementadas para os idosos, mas é necessário garantir também a ampliação delas, de modo a atender uma grande parcela da população que se encontra nessa faixa etária, a qual ainda não tem acesso a elas.

6.1 Propostas:

- Fortalecer o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas relacionadas aos idosos;
- Instituir o Conselho Tutelar do Idoso;
- Garantir a execução de programas para a terceira idade ofertados pelo Ministério da Cidadania, como o programa Brasil, amigo da pessoa idosa;
- Realizar reformas na infraestrutura dos prédios das casas de convivência para os Idosos;
- Criar novas casas de convivência, que atuem como Centro Dia, para atender a idosos em diferentes localidades do município, descentralizando a oferta dos serviços;
- Ampliar o projeto *Escola de saberes*, para atender idosos que ainda não são alfabetizados em um maior número possível de localidades;
- Manter e ampliar políticas já existentes para os idosos, como o projeto *60 + Saúde*, que oferece aulas de ginástica, dança de salão, aerodance e hidroginástica;
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de programas de emprego direcionados especificamente para a inclusão de idosos no mercado de trabalho;

- Apoiar as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) no município e restabelecer o Asilo Manoel Cartucho para vagas públicas;
- Instituir um protocolo para realização de denúncias por violência física, psicológica, sexual, emocional, social, financeira e medicamentosa, além de abandono e negligência sofridos por idosos;
- Realizar mais parcerias com as universidades, garantindo a oferta de espaços para ampliação dos serviços da Universidade da Terceira Idade (Uniti), oferecida pela UFF, e da Vida Ativa, oferecida pela Uenf;
- Criar novas unidades da Uniti em diferentes localidades do Município;
- Fomentar a criação e o restabelecimento dos grupos de terceira idade nos bairros;
- Criar pequenos centros de convivência para os idosos, em diferentes localidades do município;
- Estimular políticas de oferta de estágios para idosos;
- Revitalizar o espaço do bosque do Manoel Cartucho, destinando-o para a convivência da terceira idade;
- Garantir acessibilidade e retirar barreiras arquitetônicas para deficientes físicos e idosos nos espaços públicos, com atenção às barras nos banheiros e às rampas.

7 DEFESA CIVIL E SANEAMENTO

A desmilitarização da Defesa Civil será um ponto importante dentro da nossa gestão, desde o comando até a organização interna, assim como o treinamento e gestão de pessoal voltado para uma atuação mais humanizada, em especial, para o público em condições de vulnerabilidade socioespacial. Ainda dentro desse princípio de mudanças na atuação, envidaremos esforços para ampliação do quadro de funcionários, tais como psicólogos e assistentes sociais.

Os Núcleos Comunitários de Defesa Civil (Nudec) serão estimulados de forma que possamos ter um maior suporte técnico para a formação de recursos humanos. Uma importante ação dentro do município é a adesão ao programa Apell (Manual de Alerta e Preparação de Comunidades para Emergências Locais) da ONU. Nesse sentido, mudaremos a lógica de atuação

da Defesa Civil para antecipação de fenômenos, com planejamento e investimentos, evitando que atue apenas para mitigar problemas.

7.1 Saneamento

O município de Campos dos Goytacazes foi a primeira cidade a privatizar o fornecimento de águas e esgoto no país. O contrato estabelecido com a empresa Águas do Paraíba não possui a transparência necessária, e o poder executivo municipal tem a obrigação de aumentar o controle social do serviço e buscar a fiscalização do cumprimento dos termos, seja por meio de uma agência reguladora dos serviços públicos municipais ou do próprio gabinete da prefeitura. Cabe ressaltar, inclusive, que a empresa Águas do Paraíba pratica os maiores valores para fornecimento de água para a população campista e, portanto, a criação de tarifas sociais para as áreas mais carentes será uma das nossas metas.

Anualmente, será realizada a desobstrução dos sistemas de micro e macrodrenagem durante as estações de seca, evitando alagamentos, assim como a dragagem e a limpeza dos canais, destinando o material vegetal recolhido para a compostagem. Nesse sentido, o Plano Municipal de Saneamento Básico será integrado em 4 eixos: água, esgoto, resíduos e drenagem. A representação dos pescadores, trabalhadores sem-terra e pequenos agricultores, junto ao Inea e aos comitês de gestão das águas, será considerada como uma das nossas primeiras ações dentro dos conselhos relacionados ao tema.

8 HABITAÇÃO E ESTRUTURA URBANA

O debate sobre a remoção da população que vive em áreas de risco precisa ser executado diretamente com a participação popular, técnicos da PMCG e a comunidade acadêmica, a fim de encontrar alternativas para execução de programas habitacionais que se distanciem de práticas de remoção unilaterais e que seja avaliada a possibilidade de reassentamento dessas populações no mesmo local de moradia.

O IPTU progressivo e a desapropriação de imóveis sem função social após 5 anos deve ser um dos critérios orientadores para a questão da habitação no município. O levantamento dos imóveis que já cumprem os critérios para desapropriação, portanto, será de fundamental

importância dentro da nossa gestão. Para isso, a democratização do Conselho Municipal de Habitação e Saneamento será uma das nossas metas nas quais estarão garantidas a transparência e a participação popular.

Para cumprir as metas em relação à habitação, será fundamental que a Empresa Municipal de Habitação (Emhab) seja reestruturada, de forma a garantir a dotação orçamentária anual necessária, propiciando a continuidade e o planejamento de programas, projetos e ações sob sua responsabilidade.

A utilização dos vazios urbanos ocorrerá de modo a incentivar a autoconstrução assistida ou hortas comunitárias, inclusive nos conjuntos habitacionais, em que a municipalidade fornecerá serviços básicos, insumos, viabilização de créditos, assistência técnica e, em contrapartida, as famílias assumem a responsabilidade pela construção de suas próprias moradias, fugindo da lógica de controle das empreiteiras. A regularização fundiária dos assentamentos urbanos das populações de baixa renda do município por Zonas de Interesse Social também se faz necessária, assim como a atuação junto à Confederação Nacional de Municípios para mudança na Lei de Inquilinato, pressionando o Congresso a permitir a regulação dos preços do aluguel.

Avançar a urbanização das comunidades periféricas para lazer, com construção de praças, locais de encontro, cinema e teatro de rua no centro também é mister, sendo essa ação pactuada com os comerciantes locais. Essas medidas visam intensificar as relações com o espaço urbano na região central e nos bairros. Na nossa gestão, iremos cobrar ações de saneamento básico da empresa responsável nas comunidades da Margem da Linha, Ururai e Imbé; apoiar as reformas nos imóveis da população de baixa renda; investir na iluminação pública do município, especialmente na região da periferia, tomando-a como um dos mecanismos de segurança da população.

Estamos prevendo convidar as pessoas jurídicas e físicas devedoras do município para pactuar a cessão de imóveis subutilizados para fins de política pública, como uma das ações de preservação do patrimônio cultural edificado da cidade e para evitar que ele seja derrubado. Estamos apresentando também uma proposta para comprar os imóveis mais relevantes e usar para órgãos públicos da prefeitura.

9 MOBILIDADE URBANA

A cidade necessita de uma manutenção nas vias públicas e calçamento, implantação de passagem social com valor reduzido e Passe Livre para o público de assistência social, desempregados e estudantes de instituições públicas em dias letivos, alterando a lei atual que impõe limite de embarques. A criação de uma Empresa Pública de Transporte com uma pequena frota de ônibus atenderá lugares mais distantes do centro, aumentando a frequência de horários de acordo com as demandas das comunidades.

A consolidação da rede de ciclovias, ciclofaixas, bicicletas compartilhadas e bicicletários permanentes, para permitir maior acesso de bicicletas ao transporte coletivo, deverá incluir bicicletários monitorados nas rodoviárias, terminais e em pontos estratégicos; criação de uma rede conveniada de garagens de manutenção de bicicletas, recebendo desconto de impostos para cadastramento, oferecendo um vale para a população carente, via moeda social.

A mobilidade urbana deverá ser tratada especificamente no que tange à mobilidade pendular, matriz de origem e matriz de destino da população na cidade para balizar o planejamento urbano; as rotas de transporte como vetor estimulante da urbanização e estruturação de áreas da periferia; ruas e corredores apenas para ônibus; consolidar a integração de passagem por meio de sistemas de cartão, evitando duplicidade de gasto por parte da população.

10 ÁREA AMBIENTAL

A Constituição Federal, no seu Capítulo VI e Artigo 225, trata dos direitos ao ambiente ecologicamente equilibrado, uso múltiplo e a qualidade de vida. Cabe ao Poder Público o dever de defendê-lo, preservá-lo e garantir que as futuras gerações possam usufruir de todos os serviços ambientais, biodiversidade e patrimônio genético. Nesse sentido, nosso programa procurou conhecer, junto à página da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Ambiental, quais foram as atividades realizadas ao longo dos últimos 4 anos de gestão da área ambiental no maior município do Estado do Rio de Janeiro.

10.1 A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Ambiental (SMDA)

As informações disponíveis na página da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Ambiental (SMDA - <http://www.meioambiente.campos.rj.gov.br/>) estão sendo organizadas de

forma que possamos estabelecer as diretrizes para o Programa Ecológico da cidade de Campos dos Goytacazes para administração do Psol.

A SMDA possui 6 setores distribuídos da seguinte forma: Licenciamento, Fiscalização, Unidades de Conservação, Arborização, Horto e o Centro de Educação Ambiental com dois projetos (*Projeto Orla e Limpa Paraíba*). Atualmente, o município possui 4 Unidades de Conservação. São elas: Área de Proteção Ambiental da Lagoa de Cima; Área de Proteção Ambiental Lagamar; Área de Proteção Ambiental Itaoca e Parque Municipal do Taquaruçu.

O Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento (Cmmas) é composto por oito membros do Governo Municipal e oito da Sociedade Civil e é presidido pelo secretário municipal de Desenvolvimento Ambiental. O Cmmas foi nomeado pelo secretário no dia 3 de maio de 2017. Durante a gestão do governo do Sr. prefeito Raphael Diniz, esse órgão se reuniu duas vezes em 2017, e nenhuma ata de reunião foi encontrada no período de 2018 até 2020 na página oficial da secretaria até o dia 01 de setembro de 2020 (<http://www.meioambiente.campos.rj.gov.br/cmmau/atas-comamsa-menu>).

Em 1993, foi criado o Fundo Municipal de Meio Ambiente (Fumma), que tem por finalidade apoiar e programar projetos e atividades para preservação, conservação, recuperação e prevenção de danos, além de educação e controle ambiental visando a melhorias na qualidade de vida dos cidadãos Campistas. Não existem informações disponíveis sobre a composição e realização de ações desse fundo.

Em síntese, considerando que as informações na página da SMDA não estão atualizadas e que não nos permite conhecer com transparência quais ações estão sendo realizadas por esta secretaria, não é possível avaliar a dimensão do corpo técnico permanente e se existe um quadro de profissionais terceirizados.

10.2 O contexto ambiental do planeta até Campos

O planeta está passando por um momento que consideramos crítico no que tange às questões ambientais, devido ao desequilíbrio ecológico e de ordem sanitária. A pandemia originada pela Covid-19 sinalizou para todos os gestores públicos as inúmeras fragilidades na política de saúde e ambiental, nos diferentes países dos Hemisférios Norte e Sul. Nesse sentido, tais políticas deveriam estar atuando conjuntamente, mas, em vez desse procedimento, vemos

ações totalmente desordenadas, e alguns líderes nacionais negando, com veemência, os cuidados diante desses temas. Assim, destacamos a condução catastrófica realizada por países capitalistas, como Brasil e Estados Unidos, que detêm os maiores índices de infecção e morte.

No caso do Brasil, os índices são menores e certamente como um resultado dos serviços prestados por servidores públicos do nosso Sistema Único de Saúde (SUS). Por outro lado, no caso norte-americano, temos um agravamento devido à privatização do sistema de saúde e o endividamento da população diante dessa triste opção gerada por uma política tipicamente neoliberal. Assim, a população deve estar muito atenta aos movimentos que os governos federal e estaduais têm tentado realizar no Brasil. A mobilização dos cidadãos brasileiros, portanto, é fundamental para manutenção do SUS e contra o esvaziamento e desmonte dos órgãos ambientais brasileiros, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Considerando, portanto, atender aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030 - <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>), estabelecidos na sede das Nações Unidas em 2015 com representantes de todos os governos de todos os países, o Plano de Gestão Ambiental para o Município de Campos dos Goytacazes estará totalmente direcionado para os objetivos traçados nesse acordo internacional, e estabeleceremos o conceito de “Uma Saúde ou Saúde Única”, o qual reconhece as conexões entre a saúde humana, animal e o ecossistema. Assim, esperamos que esse conceito alcance todo o seu potencial na prática, em nível local. Sob essa perspectiva, a gestão da Prefeitura integrará as ações ambientais e dos recursos naturais com a saúde pública, a agricultura e planejamento, de forma que possamos alcançar o fornecimento de serviços ecossistêmicos que contribuam para o fornecimento de alimentos e água com a qualidade necessária para o consumo de toda a população.

10.3 Planos e ações na gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Ambiental

- Devido à falta de transparência das ações realizadas por esta secretaria, durante os primeiros meses da nossa gestão, realizaremos um levantamento criterioso do que foi realizado ao longo dos últimos quatro anos quanto à execução orçamentária, servidores do quadro permanente, cargos de confiança e terceirizados. De acordo com os resultados obtidos e execução orçamentária, a Secretaria precisará de uma reestruturação interna;

- O nosso município possui ecossistemas de grande relevância ecológica, o qual requer um programa de conscientização ao uso sustentável, manejo e conservação, além de políticas públicas embasadas em conhecimento científico e não determinadas apenas pelo interesse econômico, para que toda a população conheça a potencialidade da região;
- Visando estabelecer estratégias de curto, médio e longo prazo para os diferentes ecossistemas do município, assim como a identificação dos serviços ecossistêmicos, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Ambiental irá preparar um material de ampla divulgação para a população em diferentes níveis de escolaridade;
- Em cooperação com outras secretarias de governo, estabeleceremos uma avaliação de risco ambiental e para saúde humana com base nas alterações ambientais, assim como o princípio de precaução para ingestão de água e alimentos com qualidade controlada. Há necessidade, portanto, de rever o contrato de prestação de serviço que foi concedido para a empresa Águas do Paraíba;
- As mudanças climáticas causadas por ações humanas serão marcadas por mudanças dramáticas no funcionamento do clima, as quais afetarão a ocorrência de chuvas e a variação da temperatura. Para enfrentar os cenários causados pelas mudanças climáticas, formularemos o Plano Municipal de Adaptação Climática. Essa política terá como objetivo principal subsidiar as Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Agricultura, Saúde e Planejamento para identificar as vulnerabilidades e definir as medidas que possam preparar Campos dos Goytacazes para estas mudanças. É importante notar que o município já sofre efeitos visíveis com a diminuição do nível do rio Paraíba do Sul. Essa situação tenderá a se agravar em função das mudanças climáticas, o que deverá forçar estratégias de adaptação para diminuir o grau de vulnerabilidade da população;
- Em parceria com as instituições de Ensino Superior sediadas em Campos dos Goytacazes, iremos realizar um grande seminário sobre a importância dos ecossistemas da região visando incentivar a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), assim como Unidades de Conservação Municipal (UC);
- A criação de uma política municipal de controle e monitoramento do uso de agrotóxicos será a instituição de um Fórum Municipal de Controle e Monitoramento de Agrotóxicos — um órgão colegiado com caráter consultivo e permanente, de natureza institucional,

para articular, entre o poder público, sociedade civil e universidades, a proposição de ações e medidas concretas para a efetividade desse plano;

- Construção de um pequeno porto pesqueiro no Farol de São Tomé, pois a situação do lançamento e atracação de embarcações de pesca mediante à utilização dos tratores é insustentável sob o ponto de vista econômico e da integridade física dos pescadores. Isso aumentaria o lucro líquido da pesca, pois esses profissionais não teriam mais de arcar com os custos da operação com tratores;
- Suporte técnico e logístico para incremento da cadeia produtiva da pesca marinha praticada no Farol de São Tomé e da pesca continental praticada em lagoas da região e no rio Paraíba do Sul, diminuindo a ação de intermediários com a venda direta do pescador para o consumidor final. Esse modelo já é praticado em Campos dos Goytacazes com os agricultores familiares, mas a participação de pescadores ainda é muito limitada. Isso também aumentaria o lucro líquido da pesca;
- O amplo uso de agrotóxicos altamente perigosos para a saúde humana e o ambiente é um aspecto que carece de um controle por parte do poder público municipal em Campos dos Goytacazes. Uma medida básica para diminuir os riscos causados pelo uso de substâncias altamente tóxicas por proprietários rurais será o estabelecimento de uma política municipal de controle de agrotóxicos, que será executada pelas secretarias de Agricultura, Saúde e de Meio Ambiente. Entre os principais eixos desta política municipal, deverão estar o armazenamento, transporte e aplicação de insumos agrotóxicos; a rastreabilidade e controle de resíduos nos alimentos e água para consumo humano; o controle e monitoramento do impacto ambiental; a inclusão de produtos orgânicos na merenda escolar; o monitoramento da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas com os produtos químicos, além do monitoramento da qualidade do ar na cidade;
- A arborização de ruas desempenha inúmeras funções no meio urbano, tais como: **ecológicas**, com melhorias no microclima, atenuação da poluição atmosférica e sonora e conservação da biodiversidade local (fauna e flora); **estética**, promovendo identidade local, sensação de continuidade entre os componentes urbanos, contraste harmônico do concreto e asfalto com a vegetação, além de adicionar dinamismo à paisagem urbana; e **sociais**, com amenização do estresse psicológico, conforto térmico, benefício econômico pela valorização imobiliária, educação ambiental e melhoria na qualidade de vida da

população. Para que esses objetivos sejam alcançados, há de se buscar a formulação e execução do Plano Municipal de Arborização Urbana, de modo que possa melhorar a qualidade do planejamento das ações como licenciamento e autorizações para poda, implantação, manutenção e monitoramentos;

- O município de Campos dos Goytacazes iniciará a identificação de áreas susceptíveis para o estabelecimento de áreas verdes, de modo a possibilitar que a população possua mais espaços qualificados para a realização de atividades de lazer e práticas esportivas. Essa identificação será feita não apenas na área urbana principal, mas em todas as localidades do município que haja a possibilidade e/ou necessidade de acesso a tais áreas. A avaliação da situação das praças existentes no município também será objeto desta ação, visando à melhoria da qualidade ambiental das áreas onde estejam localizadas. Essa ação envolverá as secretarias municipais de Meio Ambiente, Saúde, Agricultura e Planejamento, assim como a participação de instituições de ensino superior sediadas na cidade, onde já são feitas pesquisas sobre este tipo de espaço público;
- O município de Campos dos Goytacazes possui uma rede de canais e lagoas em seu interior, inclusive, em sua área urbana. Não houve, entretanto, até hoje, uma política municipal que pudesse potencializar os serviços ambientais desses locais. No tocante aos canais, as ações do município têm se restringido a atos pontuais de dragagem, que, além de onerosas, possuem eficácia de curta duração. O tratamento dado à proteção das lagoas tem sido ainda mais pontual, o que tem deixado esses importantes corpos hídricos expostos à aterramento e ao despejo ilegal de esgotos. O município realizará um diagnóstico que identificará as principais fontes de poluição e seus responsáveis, de modo a dar início a um programa de despoluição, especialmente no que se refere ao despejo ilegal de esgotos e outros tipos de rejeitos urbano-industriais. A realização desse diagnóstico ficará a cargo das secretarias municipais de Meio Ambiente, Agricultura, Saúde e Planejamento, bem como a busca de parcerias estratégicas com o Inea, com instituições universitárias locais e o comitê do Baixo Rio Paraíba do Sul. O objetivo central dessa política será transformar canais e lagoas em corredores ecológicos, que possam servir como áreas de arrefecimento para a expansão descontrolada da malha urbana.

[1] Os dados deste e do outro parágrafo foram extraídos de:

<https://campos.rj.gov.br/newdocs/1595621775AnaliseCondicoesPopulacaoNegra.pdf> Vale a pena dar uma olhada, é muito mais completo e nos mostra quem é o perfil da Assistência Social.

11 FUNCIONALISMO PÚBLICO

Ao longo dos últimos anos, os servidores públicos têm sido penalizados com uma política de achatamento salarial e contínua difamação da sua importância como trabalhador. Nossa gestão entende a importância do serviço público de qualidade e, para isso, não irá deixar de realizar esforços para estabelecer uma política que atenda adequadamente as demandas dos cidadãos, assim como dos servidores propriamente ditos. Dessa forma, estará diretamente empenhada em realizar reajuste anual para todos os servidores públicos, manutenção dos direitos trabalhistas, cumprimento do Plano de Cargos e Salários, mapeamento das fragilidades institucionais no que tange à demanda de profissionais devidamente concursados, ocupação dos cargos comissionados por servidores de carreira, capacitação dos servidores públicos municipais, reajuste do auxílio alimentação e estabelecimento de um percentual dos cargos comissionados para mulheres “negras”.

11.1 Propostas:

- Garantir reajuste anual para todos os servidores públicos;
- Garantir que os servidores tenham os direitos trabalhistas assegurados, em especial, em relação às férias e à licença prêmio;
- Garantir financiamento para ajuste do enquadramento da progressão do Plano de Cargos e Salários para todos os servidores públicos;
- Garantir processos seletivos para contratação dos profissionais em todos os serviços públicos da rede municipal, que hoje se encontram com vínculo empregatício de RPA;
- Priorizar servidores públicos para os cargos de DAS em todos os serviços públicos da rede municipal, com vistas à redução das despesas com cargos comissionados;
- Garantir financiamento para realização de concurso público;

- Investimento em capacitação dos servidores públicos em toda a rede municipal, em especial, na Assistência Social, Saúde e Educação;
- Garantir financiamento para reajuste do auxílio alimentação para os servidores públicos;
- Elaborar lei que priorize 30% das vagas em cargos comissionados e concursos públicos para mulheres negras.

12 ECONOMIA SOLIDÁRIA

- Instalação do Conselho Municipal de Economia Solidária;
- Instituir o Sistema Unificado de Organização dos Empreendimentos de Economia Solidária;
- Criação de um centro público Ecosol, conforme diretrizes do movimento;
- Incentivo à criação de banco comunitário com moeda social de Campos dos Goytacazes (MOTIRÕ/cabrunca) e com incentivo à linha de crédito para mulheres empreendedoras em atividades vinculadas à Ecosol;
- Criar centros de comercialização da economia solidária em bairros e distritos populosos;
- Criar redes de produção, comercialização e consumo sustentável entre os municípios do estado, além de ampliar e identificar as já existentes e associá-las a espaços físicos e itinerantes (feiras temáticas e feiras da roça itinerantes e solidárias);
- Criar espaços de divulgação permanente sobre o que é economia solidária e para acompanhar os eventos nos quais ocorrerão exposições;
- Criar alternativas para a época de defeso para os pescadores artesanais; fomentar, com apoio público e privado, a aquisição de equipamentos de filetagem e centros de beneficiamento;
- Criar condições para que se amplie a produção do pescado feito pelo pescador artesanal, na feira da roça ou em feira regional de produtos da Ecosol;
- Fomentar, com apoio público e/ou privado, a criação de uma rede/cadeias de distribuição de pesca artesanal, envolvendo colônias, associações de pescadores e comunidades tradicionais, voltados para distribuição em escolas e creches;
- Necessidade de apoio para o processamento de pescado e incentivo à criação em tanques e a criadores de peixes, com apoio dos órgãos públicos, em especial, do Inea;

- Garantir que a capacitação de resíduos sólidos oriundos da coleta seletiva municipal (em cada município do estado) chegue aos catadores organizados, que devem ter garantido também pelo poder público (municipal, estadual e federal);
- Fomento à infraestrutura de toda a cadeia de produção de materiais recicláveis e à formação continuada para os catadores;
- Criação de fundos públicos municipais/estadual de apoio à Ecosol, com mecanismos de microcrédito para grupos autogestionários de quilombolas, pescadores artesanais, artesãos, assentados, entre outros, bem como para associações e cooperativas, viabilizando, dessa forma, o desenvolvimento solidário local, com sustentabilidade;
- Configuração de mecanismos legislativos e jurídicos que determinem a transferência de recursos de fonte federal e/ou estadual para os municípios e sejam encaminhados como dotação específica (“verbas carimbadas”) para a realização de capacitação e assessoramento das comunidades, das associações e de outros grupos ligados à Ecosol;
- Criar um projeto educacional, na rede pública municipal e estadual e na rede particular, para que as novas gerações sejam educadas e qualificadas sob esse novo modelo econômico e social chamado Ecosol;
- Criar parceria com as universidades para a capacitação, qualificação e aprimoramento acerca da Ecosol, com realização de cursos de especialização ou pós-graduação que abordem esse tema, assim como ações de extensão, projetos de pesquisa (em conjunto com os programas do Pibid, da Faperj, da Capes, entre outros) ou parceria por meio de fundações dentro da universidade, para o processo de assessoramento, formação e implementação da política pública;
- Programa de facilitação de acesso a máquinas e implementos agrícolas e artesanais;
- Estabelecer mecanismos que estimulem o turismo rural solidário, nas comunidades tradicionais e assentamentos, viabilizando a capacitação, em caráter permanente, para a produção, comercialização e consumo de produtos;
- Criar, nos espaços solidários, incubadoras e centros de trabalho e renda, objetivando a formação de cooperativas;
- Criar e fomentar, com apoio público, uma central de cooperativas ou uma rede de agricultores e pescadores artesanais para a distribuição da produção voltada para escolas e creches;

- Criação de laboratórios para a produção de alevinos na região, para vender, a preço de custo, para os pequenos agricultores;
- Repassar patrimônio das cooperativas falidas para construir galpões que futuramente funcionem como “espaços solidários”, onde serão comercializados os produtos das cooperativas da Ecosol;
- Incentivo financeiro e fiscal na construção de “condomínios leiteiros” para pequenos produtores e cadeias de produção de laticínios;
- Criação de um fundo público que esteja vinculado a um núcleo municipal para realizar apoio à Ecosol e ao microcrédito com o perfil de grupos, associações, entre outros;
- Ampliação das ações da Ecosol e de novas formas de crédito fácil e solidário, como: criação de bancos comunitários, com regulação diferenciada; e criação de uma moeda social, com lastro em materiais recicláveis e óleo de cozinha usado;
- Incentivar o microcrédito para implementar novas tecnologias junto aos seguimentos da Ecosol;
- Ampliação da Lei do Imposto Verde (coleta seletiva, educação ambiental nas escolas, plantio de árvore e criação APP).

13 EDUCAÇÃO

De acordo com o artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Para garantir isso, a LDB se baseia nos princípios de igualdade de condições para o acesso à e permanência na escola, pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, valorização do profissional da educação escolar, garantia de padrão de qualidade, entre outros. O PSOL Campos dos Goytacazes tem como objetivo garantir que a educação municipal cumpra sua missão prevista em Lei e que permita ao educando o que diz Paulo Freire, no livro *Educação e Mudança*:

Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias (FREIRE, 1979, p.???)

Os últimos governos do município de Campos dos Goytacazes não têm dado a devida importância à educação. Grande parte das escolas e creches municipais atualmente funciona em prédios alugados, onde não há infraestrutura adequada, climatização das salas, sala de informática, biblioteca, laboratórios, sala dos professores ou sala de recursos para atender alunos com deficiência. Algumas escolas e creches não possuem sequer condições sanitárias adequadas para o seu funcionamento, submetendo as crianças e os funcionários a situações que colocam em risco a sua saúde. O fornecimento do alimento utilizado na merenda escolar foi terceirizado na gestão de Rafael Diniz, e muitos profissionais e estudantes reclamam da péssima qualidade da alimentação. Além disso, muitos profissionais que garantem serviços fundamentais na educação são terceirizados ou trabalham em um tipo de regime precarizado, nomeados como RPA, fazendo alusão ao documento de Recibo de Pagamento ao Autônomo. Tais trabalhadores possuem controle de carga horária, com exigência de cumprimento, chegando a 44h semanais, o que deveria gerar vínculo empregatício. Esses profissionais RPA, no entanto, são remunerados com salários inferiores ao salário mínimo, com grande incerteza no pagamento dos vencimentos, nenhum vínculo empregatício e absolutamente nenhum direito trabalhista.

No último governo, os servidores públicos, por sua vez, sofreram diversas perdas em relações aos benefícios, tais como plano de saúde, diminuição do vale transporte (que passou a ser pago em folha), entre outros, e, para os profissionais da educação, não houve reajuste salarial, de forma que os vencimentos ficaram defasados em virtude da inflação no preço dos produtos e serviços. Um servidor de Educação do município de Campos dos Goytacazes chega a ganhar metade do que ganha um servidor de um município próximo, como Macaé. Para agravar a situação, durante a pandemia, o governo cortou a regência (20% do salário), a gratificação do 1º ano (10%), o Regime Especial de Trabalho (RET) dos professores (o que fez com que muitos professores passassem a ganhar menos da metade do salário em plena pandemia) e também o vale transporte dos demais profissionais da educação. Além disso, é recorrente o atraso e o parcelamento do pagamento de aposentados e pensionistas.

A falta de investimento no setor de educação fez com que, por muitos anos, Campos figurasse entre os últimos lugares do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do Estado do Rio de Janeiro. Na avaliação de 2017, a educação da cidade figurou na 79ª posição, dentre os 92 municípios do estado. Na avaliação de 2019, a gestão municipal não cadastrou

corretamente a maior parte das escolas para a participação do Sistema Nacional de Avaliação de Educação Básica (Saeb), fazendo com que muitas escolas ficassem de fora do exame e que a nota do Ideb do município não fosse calculada. A consequência dessa falha de gestão pode fazer com que haja uma redução no envio de verbas federais para o município de Campos.

Em relação à Educação do Campo, é uma modalidade de ensino específica e instrumento de inclusão para as populações residentes no campo, tendo sua proposta metodológica, política e pedagógica constituída a partir dos modos de vida e realidade que integram os seus sujeitos, compreendendo todos os seus aspectos culturais, políticos, ambientais, sociais e econômicos. Desde 1997, no entanto, ignorando a grande extensão da área rural do município de Campos e o direito da população que habita essa região a uma educação especializada, os governos municipais fecharam 39 escolas do campo. Essa tendência está relacionada ao descaso, precarização, desvalorização dos profissionais da educação, dificuldades de acesso, rotatividade de professores e falta de formação inicial e continuada para educadores do campo. De acordo com os dados do Censo Escolar/2019, o município de Campos dos Goytacazes, no norte do Estado do Rio de Janeiro, apresenta 95 unidades escolares distribuídas em suas diversas áreas rurais, entre assentamentos de reforma agrária, áreas remanescentes de quilombos, pequenas propriedades camponesas e de pescadores, o que fortalece ainda mais a necessidade e a urgência de estabelecer a operacionalização da política pública de Educação do Campo.

Em relação à Educação Infantil, em 2014, foi realizado um concurso municipal que, entre outros cargos, ofertou vagas para a categoria Auxiliar de Turma. Para concorrência ao cargo, o nível de instrução solicitado foi Ensino Médio. A partir de 2015, foram realizadas as convocações, de modo que, atualmente, 400 profissionais atuem na categoria de Auxiliares de Turma. Desde o primeiro chamamento, a categoria enfrentou diversas dificuldades pela precarização do trabalho, que sempre foi ocupado por pessoas terceirizadas, sem garantia de direitos trabalhistas também devido à falta de estrutura sistêmica para receber as profissionais que foram aprovadas na referida concorrência.

Com auxílio do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (Sepe), foi criada uma comissão para que a luta dessa categoria fosse organizada e localizada, sempre na busca por conhecimento, reconhecimento, inclusão e prática, que representam a síntese de suas demandas. É importante ressaltar que os auxiliares de turma trabalham na Educação Infantil, fase extremamente importante na formação psicossocial dos sujeitos. É mister para toda a sociedade

que formemos seres humanos capazes de desenvolver pensamento crítico, inteligência emocional, criatividade e empatia. Isso só é possível por meio de uma educação humanizada, ofertada por profissionais capacitados, satisfeitos e valorizados. E tudo que vem sendo feito contra os profissionais da educação é o oposto disso, constantemente vilipendiados pela administração municipal, nas mais variadas esferas; desvalorizados econômica e socialmente, expostos à toda sorte de ambiente insalubre e inadequado ao trabalho. A precarização da educação é marcadamente exposta na educação infantil.

13.1 Propostas:

- Fortalecer o Conselho Municipal de Educação, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de educação;
- Revisar o Plano Municipal de Educação, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade civil ao longo de todo o processo de elaboração e implantação, definindo prioridades e metas que deverão ser executadas pela prefeitura;
- Garantir processos de gestão democrática em toda a rede municipal de educação, mantendo a eleição direta de diretores nas escolas e creches;
- Construir e valorizar conselhos escolares de caráter deliberativo nas comunidades escolares;
- Instituir e regulamentar a data-base para todos os profissionais da rede municipal de educação, garantindo a existência de processos de negociação salarial e de melhorias nas condições de trabalho permanentes, reconhecendo e respeitando as representações sindicais de cada segmento dos profissionais da rede municipal de educação;
- Reestruturar plano de carreira e vencimentos para promover a valorização salarial dos profissionais da Educação, tornando-os unificados entre professores e funcionários da rede municipal de Educação, com progressões significativas por formação acadêmica e tempo de serviço, garantindo paridade e integralidade para os aposentados;
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de um plano que tenha por objetivo alcançar a universalização do atendimento de creches públicas no município;

- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para incentivar o aprimoramento acadêmico dos profissionais da educação, por meio de adicional para cursos de pós-graduação nos níveis *lato sensu* e *stricto sensu* (mestrado e doutorado), bem como a garantia de licenças para estudo;
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para oferecer um valor progressivo de regência aos professores, tendo como meta 40%;
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para aumentar o vale alimentação para R\$ 400,00;
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para garantir plano de saúde para todos os profissionais da educação e seus dependentes;
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para garantir vagas em concursos públicos que recomponham os quadros efetivos e reflitam o dimensionamento atual da rede municipal de educação;
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de um plano que tenha por objetivo a extinção das terceirizações e contratos precários, com a gradativa abertura de concurso público para funcionários da rede municipal de educação;
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para garantir 30 horas de jornada semanal para os funcionários administrativos das escolas e creches da rede municipal de educação;
- Fazer um diagnóstico da quantidade de estudantes com necessidades educacionais especiais para melhorar o atendimento a eles;
- Promover concurso para profissionais de apoio, mediadores e cuidadores, para garantir educação inclusiva nas escolas;
- Promover concurso para intérpretes de Libras;
- Garantir a laicidade nas escolas da rede municipal de educação;
- Implementar um processo de avaliação da rede municipal de educação centrado na participação da comunidade escolar e na geração de demandas sobre o poder público, buscando identificar as necessidades de cada escola na formulação de medidas que visem à superação dos obstáculos ao processo de ensino aprendizagem;

- Investir na formação de professores e em material pedagógico para combater o machismo, a homo/lesbo/bi/transfobia e a discriminação racial nas escolas e creches municipais, respeitando e valorizando a diversidade, com programas de formação continuada para os profissionais da educação, visando à sua ativa participação na erradicação de todas as formas de preconceito;
- Investir na formação de professores e em material pedagógico para promover a valorização e o reconhecimento das comunidades tradicionais e da herança cultural de matriz indígena e africana nas escolas e creches municipais, respeitando e valorizando a diversidade, com programas de formação continuada para os profissionais da educação, visando à sua ativa participação no combate ao preconceito e à discriminação contra as religiões de matriz africana e as culturas originárias;
- Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental;
- Promover a autonomia pedagógica, com a valorização dos projetos político-pedagógicos elaborados por cada unidade escolar;
- Integrar as políticas de cultura e educação para transformar as escolas municipais em polos de preservação da memória dos bairros e de promoção da cultura popular;
- Garantir estrutura adequada nas escolas municipais, em especial, com a definição de uma quantidade máxima de 30 alunos por sala de aula (dentro de um plano que garanta a redução progressiva do número de alunos por sala de aula), a climatização e adequação acústica das salas de aula, a construção (ou reforma) de quadras poliesportivas, bibliotecas, áreas de lazer, laboratórios e salas de informática, dialogando com a realidade local e a diversidade das escolas;
- Garantir o fornecimento de todos os materiais necessários à prática docente nas escolas e creches, como papel, canetas de quadro, expositor de slides, canetinha hidrocor, tintas, papéis das mais diversas gramaturas e tipos, brinquedos pedagógicos, televisão, aparelhos de som, E.V.A., T.N.T., algodão, palito de picolé, bola de soprar, cola colorida, lápis de cor, giz de cera, massa de modelar, fraldas de qualidade, sabonete líquido em quantidade suficiente, pasta e escova de dentes, lenço umedecido, pomada, shampoo, condicionador, toalhas, lençóis, panos, cueiros, entre outros;

- Garantir equipes multidisciplinares de apoio psicológico e social a alunos, familiares e profissionais de toda a rede municipal de educação;
- Garantir uma política de vagas para jovens e adultos na rede municipal de educação;
- Oferecer educação especial na perspectiva inclusiva, garantindo a participação efetiva da família no processo educacional, disponibilizando transporte adequado e priorizando a oferta de vagas em unidades escolares aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, e/ou altas habilidades/superdotação, qualificando professores e funcionários com uma capacitação e formação continuada em serviço, ampliando a oferta de salas de recursos multifuncionais, mantendo escolas e classes especiais para os que necessitem de condições específicas de atendimento que impossibilitem a frequência em turmas regulares, garantindo atendimento pedagógico nas Classes Hospitalares e oferecendo educação escolar e preparação para o trabalho aos maiores de 17 anos, por meio de ações interdisciplinares entre as demais secretarias da prefeitura: Educação, Assistência Social, Saúde e Transporte etc.;
- Garantir a continuidade de projetos vigentes, como o projeto *Viva a Ciência na Escola*, Programa Saúde na Escola, projeto *Dentinho Feliz*, entre outros;
- Melhorar a articulação da educação com a rede de saúde, para garantir aos estudantes o atendimento com psiquiatras, fonoaudiólogos, psicólogos, psicopedagogos, entre outros;
- Construir novas escolas com infraestrutura adequada e utilizar imóveis que não cumprem sua função social há mais de 5 anos para substituir espaços alugados que não são adequados;
- Garantir a compra da merenda escolar advinda da agricultura familiar e regional, baseando-se na oferta de produtos a partir do calendário agrícola (estações do ano), criando condições de escoamento da produção e logística junto aos camponeses;
- Realizar projetos no contraturno escolar, garantindo reforço de Matemática e Português, além de ofertar música, dança, entre outras;
- Organizar um curso pré-técnico para alunos de 9º ano do Ensino Fundamental, utilizando profissionais da rede e também estudantes das licenciaturas, em parceria com as universidades públicas da cidade (Uenf, UFF e IFF);
- Valorizar os saberes populares camponeses a partir do projeto político-pedagógico, baseado na relação dialógica com o conhecimento científico sistematizado;

- Implementar a Pedagogia da Alternância, em consonância com seus pressupostos teórico-metodológicos e pedagógicos, sendo um regime alternado de atividades de ensino com períodos de convivência na escola e nas comunidades onde os estudantes residem;
- Garantir a política de formação inicial e continuada em serviço de educadores e educadoras das escolas no meio rural;
- Promover a realização de concurso público específico para educadores do campo que possuem formação na área e experiências em Pedagogia da Alternância;
- Estabelecer dispositivos para a política de valorização de educadores do campo;
- Estabelecer mecanismos legais na esfera municipal de reconhecimento e implementação do Comitê Pedagógico Municipal de Educação do Campo e seu Regimento, respeitando os princípios legais da Educação do Campo, conforme art. 2º do Decreto Presidencial nº 7352/2010;
- Criar e implementar mecanismos de garantia da manutenção e desenvolvimento da Educação do Campo na política educacional, a fim de superar as defasagens históricas de acesso escolar, bem como o impedimento de fechamento, nucleação, multisseriação e desativação de escolas do campo;
- Garantir ações voltadas à ampliação e qualificação da oferta de educação básica às populações do campo, articulando a promoção de desenvolvimento sustentável, formação tecnológica e profissional, integrada dos sujeitos do campo;
- Construir, reformar, adequar ou ampliar as escolas do campo, em concordância com os critérios de sustentabilidade e acessibilidade, além de respeitar as diversidades regionais, suas características e suas necessidades do processo educacional;
- Estabelecer mecanismos de garantia para realização de parcerias entre poder público e organizações sociais do campo, na promoção de ações conjuntas e apoio de programas, projetos e outras iniciativas de interesse da Educação do Campo, em conformidade com suas diretrizes;
- Garantir uma política pública de Educação do Campo nas áreas de reforma agrária, a partir das experiências acumuladas no Pronera, em parceria com os movimentos sociais do campo;

- Estabelecer normativas do sistema de ensino que dificultam o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas pela Secretaria de Educação, conforme a lei nº 12.960/2014;
- Redução da carga horária dos auxiliares de turma em sala de aula de 40h para 30h semanais, sendo as 10h restantes para auxiliar no planejamento de aulas e/ou formação complementar;
- Normatização da função Auxiliar de Turma;
- Inclusão e reconhecimento do auxiliar de turma como profissional do magistério;
- Formação dos profissionais do magistério voltada para uma educação mais positiva, principalmente na primeira infância;
- Divulgação de um programa de reforma das infraestruturas das creches;
- Fim da influência partidária na tomada de decisão por mudança na infraestrutura das escolas e creches e na admissão de funcionários;
- Lotação de professor de Suporte Pedagógico nas unidades escolares de forma a garantir um atendimento permanentemente;
- Incentivo à leitura, com distribuição de livros de cultura geral para os profissionais da Educação;
- Premiações com troféus e/ou certificados para todos os profissionais da Educação que fizerem um trabalho de destaque, como projetos educacionais em sala e com a sociedade;
- Criação de uma sala aberta ao público, para produção e uso de jogos pedagógicos, como um laboratório social;
- Programas de intercâmbio entre os profissionais das prefeituras próximas que contribuam com a divulgação do trabalho local, conhecimento e contato com projetos das cidades vizinhas;
- Espaço de diálogo mais amplo com a Secretaria de Educação, com calendário semestral ou anual, de debates ou atendimentos aos mais diversos profissionais da educação;
- Criação de programa de geração de renda para mães de alunos matriculados na rede pública de ensino durante o período de atendimento das unidades escolares.

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado a partir da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelas Leis 8.080 e 8.142 de 1990. A partir de então, a saúde transformou-se em um direito fundamental de todo ser humano e uma política ancorada em princípios democráticos e universais, reafirmando-a não como ausência de doença, mas sustentada a partir de um conjunto de determinantes e condicionantes essenciais, tais como: alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, renda, acesso a bens e serviços, entre outros. A saúde é um direito de todos e dever do Estado.

Essa política pública, que deveria estar acessível a toda a população e que deveria estar nos territórios de moradia da população que reside nas áreas mais periféricas, pois se trata de uma política essencial para a vida, sofre com o descaso de seus governantes, com a precarização dos serviços e a falta de investimento financeiro.

Há quase 20 anos, as políticas de saúde no município de Campos se estagnaram e retrocederam. São necessárias uma reestruturação e redefinição na rede de atenção à saúde no município, com fortalecimento dos serviços existentes e ampliação de programas essenciais, em especial, na atenção básica.

A Estratégia de Saúde da Família (ESF), extinta há 12 anos, em virtude do desvio de verba pública do Governo Federal, na operação chamada Telhado de Vidro, retorna três anos depois, com abrangência limitada nos territórios do município, equipes mínimas e ausência de impactos efetivos nos cuidados da população atendida. A porta de entrada do SUS é a atenção básica, e esta necessita ser fortalecida nos territórios. O que vemos atualmente é uma atenção básica com total descaso e sem a devida valorização do gestor, com as equipes do Estratégia Saúde da Família cobrindo apenas 8% do município; e a atenção básica, com cobertura de apenas 41% .(<https://sisaps.saude.gov.br/painelsaps/saude-familia>)

O que temos atualmente é um cenário caótico e desolador da política pública de saúde no nosso município: falta de insumos, de equipamentos e de medicações básicas; burocratização e dificuldade de agendamentos de consultas e exames, muitas vezes monopolizadas e manipuladas por currais eleitorais; escassez de aparelhos para exames e de recursos humanos para atendimento nos serviços; serviços da saúde sem estrutura física, com pacientes sendo atendidos em corredores sem nenhuma dignidade; Unidades de Saúde (Postos de Saúde) rateadas entre vereadores, em uma política rasteira de troca de favores entre executivo e legislativo. Precisamos mudar essa realidade!

14.1 Prioridades e compromissos:

- Descentralização dos serviços de saúde da atenção primária, priorizando, nas Unidades Básicas de Saúde, a ampliação do atendimento das especialidades médicas e implementação de exames básicos;
- Fortalecimento dos serviços da atenção básica de saúde, entendendo estes como essenciais para a prevenção de doenças e promoção da saúde;
- Ampliação e fortalecimento das equipes de Estratégia Saúde da Família;
- Priorizar a habilitação federal dos serviços de saúde já implantados no município, seja para o seu reordenamento, seja para novo credenciamento, fazendo com que os recursos federais sejam ampliados;
- Fortalecimento dos espaços de controle social, em especial, do Conselho Municipal de Saúde, por meio de estrutura adequada, assessoramento de equipe técnica e capacitação dos conselheiros;
- Garantir transporte público e ambulâncias para os pacientes que fazem tratamento fora e dentro do município, aumentando a frota de veículos;
- Ampliação de leitos hospitalares, em especial, no Hospital Ferreira Machado;
- Progressiva diminuição de contratos de aluguel de imóveis, nos quais se encontram os serviços da política de saúde, priorizando a reforma ou construção de espaços públicos próprios;
- Fortalecimento de uma nova cultura de atenção ao cidadão, democratizando o acesso a e circulação de informações sobre saúde, ampliando a atenção ao cuidado, o acolhimento para a redução das desigualdades e o fortalecimento da perspectiva do direito;
- Reorganizar o sistema de regulação de vagas ambulatoriais e de leitos, descentralizando-o e tornando-o mais eficiente e mais acessível à população, com vistas a reduzir tempo de espera para o atendimento;
- Reconhecer a identidade de gênero para as pessoas transexuais e oferecer atenção e cuidados necessários à sua saúde;
- Reorganizar a territorialização da rede de atenção à saúde, utilizando o geoprocessamento como ferramenta para análise de dados;

- Ampliar as equipes e incentivar as ações intersetoriais entre assistência, saúde e educação do Programa Saúde da Escola;
- Realizar treinamento permanente de todos os profissionais no preenchimento da notificação de violência;
- Criar e fortalecer espaços de reuniões entre unidades de saúde (fórum de redes);
- Implantar o Serviço Médico e Urgência (Samu) e acabar com o Emergência em Casa, em que milhões de reais são gastos com a utilização de veículos terceirizados;
- Ampliar o número de leitos hospitalares, em especial, no Hospital Ferreira Machado;
- Ativar Leitos hospitalares que estão desativados, principalmente nas unidades de terapia intensiva (UTI);
- Reorganizar e reestruturar o Hospital São José para que funcione realmente como um hospital de referência para a baixada campista;
- Capacitar permanentemente os conselheiros municipais de saúde e a equipe da política de saúde, com articulação entre as demais políticas;
- Repensar as formas de contratação dos profissionais de saúde de uma forma mais digna, com processos de seleção mais transparentes;
- Instituir e regulamentar a data-base para todos os profissionais da rede municipal de saúde, garantindo a existência de processos de negociação salarial e de melhorias nas condições permanentes de trabalho, reconhecendo e respeitando as representações sindicais de cada segmento dos profissionais da rede municipal de saúde;
- Reestruturar plano de carreira e vencimentos para promover a valorização salarial dos profissionais de Saúde, garantindo paridade e integralidade para os aposentados;
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para garantir vagas em concursos públicos que recomponham os quadros efetivos e reflitam o dimensionamento atual da rede municipal de saúde;
- Reorganizar e fortalecer a rede de emergência do município, com criação de fluxos entre as unidades de emergência, priorizando o atendimento rápido, efetivo e assertivo para a população;
- Fortalecer os hospitais contratualizados, priorizando os repasses mensais;

- Reorganizar e simplificar o sistema de marcação de consultas e exames médicos, tornando-o mais eficiente e rápido, além de garantir à população o acesso às informações sobre a sua posição e previsão de atendimento nas listas de espera por serviços de saúde.

14.2 Saúde Mental

- Ampliar os serviços ofertados para o público das residências terapêuticas, em especial, atividades ligadas à cultura e a práticas de atividades físicas;
- Regulamentar a profissão cuidador para o trabalho na saúde mental;
- Repensar a emergência da saúde mental, reordenando gradativamente os atendimentos emergenciais para os Caps.

14.3 Saúde da Mulher

- Ampliar o número de mamógrafos no município;
- Fortalecer a atenção à saúde básica e preventiva da mulher garantindo programas de acompanhamento familiar em domicílio e atendimento descentralizado nos diferentes postos de saúde;
- Assegurar a possibilidade de interrupção gestacional nos casos previstos em lei;
- Garantir políticas sobre prevenção de gestação indesejada e estimular debate sobre sexualidade na adolescência;
- Estimular articulação entre unidades de saúde e escolas, por meio do Programa Saúde na Escola, para debate sobre saúde da mulher com adolescentes;
- Disponibilizar os testes rápidos para sífilis, HIV e hepatites em todas as unidades básicas de saúde;
- Ampliar a oferta de exames colpocitológicos para rastreamento do câncer do colo de útero, em especial, nas unidades básicas de saúde.

15 SEGURANÇA PÚBLICA

Os indicadores de segurança pública de Campos dos Goytacazes são alarmantes: a cidade consta por anos seguidos na lista das cidades mais violentas do mundo, ranqueadas pela taxa de

homicídio (que estão em torno de 50 por cem mil habitantes) . Os casos estão concentrados nos bairros mais pobres. O abandono dessas regiões pelo poder público é uma das causas, reconhecidas inclusive por autoridades policiais.

A violência contra a mulher também é alarmante e tem duas faces: os crimes de ameaça e agressão, que atingem majoritariamente mulheres adultas, e o crime de estupro, cujas vítimas são majoritariamente meninas (51,9% de 0 a 11 anos de idade).

A cidade de Campos dos Goytacazes possui uma guarda municipal com efetivo insuficiente para o atendimento à população, com equipamentos sucateados e baixo efetivo. Campos possui uma população situada no limiar que autoriza as guardas municipais a portarem armas de fogo funcionalmente (no último censo a população está abaixo de 500 mil habitantes, mas nas projeções do IBGE está acima), o que é um risco para os guardas e para a população.

15.1 Proposta

- Criar Conselho Municipal de Segurança Pública nos moldes da lei federal 13675, garantindo a inclusão dos representantes das áreas de risco e de defesa dos direitos da mulher e conselhos tutelares.
- Elaborar plano municipal de segurança pública, abordando as questões políticas e técnicas da atuação das demais forças de segurança no município, bem como captação de recursos junto aos governos federal e estadual.
- Atuar em conjunto com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social no mapeamento das áreas socialmente vulneráveis para adoção de políticas públicas visando prevenir a criminalidade (esporte, educação integral, atividades culturais);
- Promoção da educação sexual nas escolas e capacitação dos profissionais de educação para identificar indícios de sinais de abuso sexual.
- Apoiar a implantação de medidas de proteção a mulheres e crianças vítimas de violência doméstica.
- Reequipar a Guarda Municipal com armamento não letal, vetando qualquer iniciativa de tentar dar porte de armas de fogo à guarda.

16 POLÍTICA INTER-RELIGIOSA

Entendendo que as expressões religiosas são manifestações humanas desde tempos imemoriais e que religiões são também afirmações de culturas, resistências étnicas, construtoras de individualidades e coletividades, viabilizadoras de socialidades, dentre tantos outros aspectos de natureza pessoal e coletiva que buscam uma humanidade em plenitude com sua potência de vida, acreditamos na laicidade como pilar fundamental do Estado Democrático de Direito.

Afirmamos, portanto, nosso compromisso com todas as manifestações de crenças religiosas, garantindo as liberdades de confissão, de culto, de ritos e de tudo que envolve sua existência social, desde que em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Fé e política estão inerentemente relacionadas como expressão e construção de sociedade, contudo vivemos em tempos de ódio e intolerância promovidos por uma doutrina religiosa que aparelha o Estado a fim de exercer controle social e perpetuação de seu plano de poder, resultando em problemáticas socioestruturais gravíssimas.

Na cidade de Campos dos Goytacazes, o racismo contra as religiões de matriz africana se revela por meio de um número elevado de ameaças, ataques a terreiros e até assassinatos motivados pela prática dessas fés. Defendemos, de forma veemente, a promoção de políticas públicas que garantam a equidade das práticas religiosas e da diversidade.

16.1 Proposta:

- Criar o Conselho Municipal de Inter-religiosidade - CMIR;
- Criar Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de intolerância (Decradi) no Norte Fluminense;
- Criar o Instituto de Estudos Sócio-Religiosos (IESR);
- Garantir a pluralidade no ensino religioso escolar municipal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERRIEL, M. Campos cai 31 posições e é 79º em ranking do Ideb no estado. Disponível em: https://www.folha1.com.br/_conteudo/2018/09/geral/1238283-campos-cai-31-posicoes-e-e-79-e-m-ranking-do-ideb-no-estado.html. Acesso em: 08 set. 2020.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 9.394, 20 de dezembro de 1996.

_____. Decreto Presidencial nº 7.352/2010. Política Nacional de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Disponível em: . Acesso em: 15 de maio de 2020. BRASIL.

_____. Resolução CNE/CEB nº 01/2002. Diretrizes Operacionais da Educação Básica do Campo. Disponível em: . Acesso em: 15 de maio de 2020. Portaria nº 86/2013.

_____. Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO. Disponível em: . Acesso em: 15 mai. 2020. BRASIL.

_____. Lei nº 11.947/2009. Atendimento da Alimentação Escolar e do PDDE nas Escolas de Educação Básica. Disponível em: . Acesso em: 15 mai. 2020. BRASIL.

_____. Lei nº 12.960/2014. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Disponível em: . Acesso em: 15 mai. 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.